

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.369 - CE (2019/0193864-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE** : MARIA ZENAIDE DO NASCIMENTO  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES PEREIRA - CE013076  
GILSON SERGIO PEREIRA ALVES - CE035400  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MARIA ZENAIDE DO NASCIMENTO contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que não admitiu o recurso especial.

Consta dos autos que a agravante foi pronunciada para ser julgada perante o Tribunal do Júri, pela suposta prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito perante a Corte local, a qual negou provimento à irresignação, mantendo todos os termos da sentença de pronúncia.

Contra a decisão foi apresentado recurso especial, com fulcro na alínea *a*, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento na Súmula n. 7/STJ.

No presente recurso, alega a agravante que o óbice indicado na decisão de admissibilidade não incidiria na espécie.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o recurso especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do agravo, parcial conhecimento do recurso especial e, nessa extensão, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão de admissibilidade, merece exame o inconformismo.

No que tange à alegada ausência de fundamentação da decisão de pronúncia, cumpre transcrever a sentença proferida em primeira instância:

*"Na espécie, a prova da materialidade delitiva do homicídio consumado consubstancia-se no Exame Cadavérico de pg. 65/66, cujos expertos subscritores concluem: Diante do exposto, inferimos tratar-se de morte real por ferida perfuro-contundente de crânio provocando traumatismo crânio-encefálico e compatível com homicídio à bala.*

*Quanto à autoria, cujos indícios restam suficientes, conforme acima se expôs, encontra-se delineada, nos depoimentos testemunhais prestados na fase administrativa e em juízo.*

*Interrogado em Juízo, o denunciado Reginaldo Dantas Verçosa, negando a participação no homicídio, afirmou que não conhecia Guilherme e, a época do fato, não sabia que sua ex-companheira, a acusada Zenaide, mantinha um relacionamento com a vítima.*

*Indagado acerca da compra de um imóvel no Bairro Nova Metrópole, disse que o adquiriu depois de ter recebido dinheiro da rescisão contratual da empresa em que trabalhou, Autoviária Freitas.*

*A acusada Maria Zenaide do Nascimento também negou a autoria. Entretanto, em Juízo, acabou confirmando que manteve um namoro com Guilherme por seis meses, contrariando os depoimentos prestados em sede policial e nas declarações fornecidas ao Ministério Público, onde negava o relacionamento amoroso. No interrogatório, Zenaide afirmou que se apresentou para Guilherme com o nome de "Kátia" e que deu esse nome porque sempre brincava com uma prima sobre trocar de nome. Perguntada sobre o dia da morte da vítima, disse que não se encontrou com Guilherme, recordando-se que falaram por telefone por volta de 18h e que ele parecia estar nervoso. Sobre a informação de que a vítima havia emprestado-lhe dinheiro, a acusada disse que Guilherme nunca lhe dispôs a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e que Guilherme costumava emprestar dinheiro para algumas pessoas, as quais eram listadas em uma caderneta. No decorrer do interrogatório, a acusada contou que no período em que se relacionava com Guilherme, também se encontrava com o policial civil Ribamar na hora do almoço, mas Ribamar não sabia do relacionamento dela com Guilherme.*

*Maria Roselídia Santos Pinto, em seu depoimento em juízo, informou que estava separada da vítima quando ele morreu. Afirmou que existiam comentários de que Guilherme havia emprestado dinheiro para a namorada, o qual ele a chamava de Kátia. Confirmou as informações prestadas em seu depoimento perante a autoridade policial e disse que Carlota Célia e Auxiliadora eram confidentes do ofendido e que elas disseram que Guilherme havia mencionado que teria emprestado 5.000,00 (cinco mil reais) para Kátia comprar um apartamento no bairro Nova Metrópole. Afirmou que Carlota Célia e Auxiliadora disseram à depoente que Guilherme disse a elas que Kátia era uma pessoa muito perigosa. Contou a depoente que na época do crime os moradores do local*

*onde aconteceu o crime disseram que uma mulher chegou na garupa de uma moto e logo em seguida chegou outra motocicleta e ouviram disparos. Afirmou ainda que entregou na delegacia de Polícia fios de cabelos loiros encontrados dentro do capacete de Guilherme.*

*A testemunha Antônio Adalberto de Oliveira Alves, informou que era colega de trabalho e amigo da vítima. Disse que Guilherme comentava sobre um namoro que mantinha com a acusada. Disse que Guilherme havia descoberto que estava sendo enganado por "Kátia", descobrindo que ela havia mentido em dizer que estava separada, quando na verdade continuava morando com o marido, um cobrador de ônibus, cujo nome ele não citou. Afirmou que nunca viu Guilherme discutindo ou brigando com alaguem, ou recebendo ligações ameaçadoras.*

*Os elementos de prova reunidos durante o Inquérito Policial e em meio à instrução processual fornecem indícios de que a acusada Maria Zenaide seja autora do homicídio em alusão. Em relação ao denunciado Reginaldo Dantas Verçosa, as provas apuradas demonstraram ausência de indícios quanto a participação dele no crime em questão.*

*Quanto as qualificadoras, as circunstâncias extraídas dos autos dão ensejo ao motivo torpe, tendo em vista que a motivação do crime seria para não pagar o valor do empréstimo devido a vítima. Reflete a hipótese de a vítima por manter um relacionamento amoroso com a acusada facilitava a confiança desta ao se encontrar com a acusada em local ermo, quando, inesperadamente, a vítima foi atingida a bala na cabeça, razões que abrem ensanchas à qualificadora do meio que dificultou a defesa da vítima.*

*Diante dos depoimentos acima narrados, das demais provas constantes nos autos e da prudente convicção justificada deste juízo, além do amparo legal, outra não seria a conclusão, senão a de que existe além da comprovação da materialidade, indícios suficientes de autoria ligando a acusada às práticas criminosas acima narradas, merecendo ser levada a julgamento pelo Tribunal do Júri." (e-STJ fls. 154/156)*

A a Corte local, por sua vez, ao manter a decisão de pronúncia, assim fundamentou seu entendimento:

*"Analisando a suscitada ausência de fundamentação da*

*decisão de pronúncia, observo que dispõe o art. 413, caput e §1º, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.689/2008, que:*

*[...]*

*Assim, a sentença de pronúncia, que encerra a fase de admissibilidade da acusação, deve apontar, conforme supracitado, a comprovação da materialidade do delito e a existência de indícios suficientes de autoria. Além disso, deve demonstrar em que dispositivo legal está subsumida a conduta da ré e especificar se há alguma qualificadora ou causa de aumento que pode recair sobre o autor do fato criminoso.*

*Todavia, não pode o magistrado realizar uma análise exaustiva do mérito, determinando, com juízo de certeza, a participação indubitável da ré ou se alguma qualificadora de fato se configurou no caso, cabendo ao Conselho de Sentença, juízo competente para julgar crimes dolosos contra a vida, dispor, de forma definitiva, acerca do cometimento ou não do delito. Nestes termos o magistrado fundamentou a pronúncia, vejamos (fls. 152/156):*

*[...]*

*Vê-se, portanto, que inexistente a suscitada falta de fundamentação, vez que o magistrado analisou o caso nos limites que lhe eram cabíveis em mero juízo de admissibilidade, sem adentrar profundamente ao cerne da questão, para que não usurpasse a competência do Conselho de Sentença. Desse modo, rejeito a preliminar suscitada." (e-STJ fls. 221/224)*

Com efeito, da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem afastou a suposta ausência de fundamentação da sentença de pronúncia, asseverando que o Magistrado singular analisou o caso nos limites que lhe eram cabíveis em mero juízo de admissibilidade, sem adentrar com profundidade no cerne da questão, a fim de não usurpar a competência constitucional do Júri.

Ao assim decidir, conclui-se que o Tribunal estadual alinhou-se à jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual "*não há qualquer ilegalidade na pronúncia que, embora de forma sucinta, fundamenta sua decisão em elementos colhidos dos autos, uma vez que essa decisão encerra mero juízo de admissibilidade da acusação, sendo exigido tão somente a certeza da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria*" (HC 200.049/MG, Rel. Min. MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, DJe 26/04/2013).

No mesmo sentido, o seguinte julgado desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONFIGURADA. SÚMULA N. 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA.

*I. Na pronúncia, cumpre ao magistrado de primeiro grau exercer apenas um juízo preliminar, no qual prevalece o princípio in dubio pro societate, ou seja, os elementos caracterizadores do delito não precisam ser inequívocos a justificar a decisão de dar prosseguimento ao feito perante o eg. Tribunal do Júri.*

*II - In casu, a col. Corte goiana rechaçou a alegação de falta de fundamentação da decisão que pronunciou o acusado, sustentando-se na suficiência do conjunto probatório carreado aos autos para manter a r. decisão que determinou o prosseguimento do feito perante o Tribunal do Júri. Assim, a pretensão de reapreciação dos elementos de sustentação da decisão de pronúncia esbarra na necessidade de revolvimento de fatos e provas para que se afastem as conclusões acerca dos indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, o que é inviável nesta instância a teor do enunciado sumular n. 7 desta Corte.*

*III - Não padece de vícios a decisão que, fundamentadamente, abraça tese diversa daquela levantada pela defesa. Assim, não se verifica, no caso, violação aos arts. 619 e 620 do Código de Processo Penal, uma vez que o eg. Tribunal a quo expôs, suficientemente, as razões pelas quais entendeu por manter a decisão de pronúncia.*

*Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 855.411/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016, grifou-se)

Ressalte-se que a decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade.

Na mesma direção:

*PENAL E PROCESSUAL. AGRAVOAGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL E EM JUÍZO. PROVAS SUFICIENTES DE MATERIALIDADE E DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO*

PROVIDO.

**1. A decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, nesse momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.**

**2. No caso concreto, a pronúncia foi lastreada não apenas nos depoimentos colhidos na fase inquisitorial, mas também em depoimentos judicializados, colhidos sob o manto do contraditório e da ampla defesa.**

**3. Para se concluir pela impronúncia, como pretendido pelo agravante, seria necessário o revolvimento fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ.**

**4. Agravo não provido.**

(AgRg no AREsp 365.085/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 20/04/2016, grifou-se)

No que tange à alegação de que não existiriam indícios suficientes acerca da autoria delitiva, a Corte de origem, asseverou, a saber:

*"Observo nos autos que a materialidade resta plenamente evidenciada pelo laudo cadavérico, fls. 41/42, bem como pelos depoimentos colhidos ao longo do feito.*

*Além disso, ainda que a defesa da recorrente afirme que inexistem indícios de autoria para levá-la a julgamento pelo Conselho de Sentença, tem-se, na verdade, indícios suficientes, a exemplo do que se extrai do depoimento de Maria Roselídia Santos Pinho (ex-esposa da vítima à época dos fatos) colhido em juízo, que informou que Carlota Célia e Auxiliadora eram confidentes do ofendido, e a disseram que este havia comentado que a recorrente era uma pessoa perigosa. Acrescentou que a Carlota lhe contou que o ofendido havia falado que a acusada o ameaçava e falava que seu esposo sempre andava armado.*

*Ocorre que nem Carlota Célia nem Auxiliadora foram ouvidas em juízo. Todavia, tais declarações são corroboradas pelos depoimentos prestados por estas no inquérito policial, pois Carlota Célia informou perante o Ministério Público (fls. 83/86) que a vítima havia comentado que se alguma coisa acontecesse com ela seria a mando da ré. Já Maria Auxiliadora (fls. 60/61) declarou perante a autoridade policial que o ofendido falou diversas vezes que se algo lhe acontecesse seria a recorrente a responsável e que estava com muito medo de morrer, pois ela era perigosa. Mencionou ainda que a*

*vítima falou que a ré iria lhe matar e que estava temerosa porque não conseguia deixá-la.*

*De certo, há versão contrária nos autos, como o da própria ré, que afirma que não teve nenhum envolvimento com a morte em questão. Contudo, havendo versões contrárias entre pelo menos dois depoimentos, não cabe ao magistrado singular ou a este órgão ad quem valorar as provas colhidas, tendo em vista que, existindo dúvida, medida que se impõe é a apreciação do caso pelo Tribunal do Júri, juízo competente para processar e julgar o feito, já que neste momento, como mencionado, vigora o princípio in dubio pro societate.*

*Ressalte-se ainda que, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a prova colhida durante a investigação é apta a justificar o decreto de pronúncia quando for capaz de trazer indícios suficientes de autoria, o que se tem no presente caso. Neste sentido: "(...) É entendimento pacífico neste Superior Tribunal de Justiça que a prova realizada em sede policial é apta a autorizar a pronúncia, desde que, a partir da sua análise, seja possível se colher indícios suficientes de autoria. Cumpre registrar, que a pronúncia não exige plena prova da autoria, sendo suficiente os indícios de que nessa fase podem ser fundados em provas produzidas tão somente no inquérito policial. (...)³'." (e-STJ fls. 226/227)*

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na reanálise dos fatos e das provas, concluiu pela existência, nos autos, de elementos suficientes para fundamentar o decreto de pronúncia, asseverando que *"de certo, há versão contrária nos autos, como o da própria ré, que afirma que não teve nenhum envolvimento com a morte em questão. Contudo, havendo versões contrárias entre pelo menos dois depoimentos, não cabe ao magistrado singular ou a este órgão ad quem valorar as provas colhidas, tendo em vista que, existindo dúvida, medida que se impõe é a apreciação do caso pelo Tribunal do Júri, juízo competente para processar e julgar o feito, já que neste momento, como mencionado, vigora o princípio in dubio pro societate"* (e-STJ fl. 227).

Note-se que, na mesma direção do acórdão impugnado, a jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que tratando-se a pronúncia de simples juízo de admissibilidade da acusação, afigura-se como a solução mais adequada reservar ao Tribunal do júri o exame dos elementos probatórios para, se for o caso, proferir um juízo seguro acerca da prática do indicado crime doloso contra a vida, uma vez que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade, conforme o mandamento contido no art. 413 do Código Processual Penal.

Nessa direção, veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão recorrido dirimiu a causa com base em fundamentação sólida, sem nenhuma omissão ou contradição. Na verdade, apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao pretendido pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, o que de fato ocorre nos autos. 1.1. Registre-se que a Corte de origem justificou o seu proceder no fato de que "a análise das teses levantadas pela defesa impõe um profundo exame do conjunto fático-probatório, inviável, em sede de recurso em sentido estrito, bem como neste momento processual, devendo a Defesa oportunamente apresentar sua versão perante o Tribunal de Júri". 1.2. Com efeito, "de acordo com a jurisprudência desta Corte, a sentença de pronúncia não encerra juízo de procedência acerca da pretensão punitiva, tão somente viabilizando a competência para o Tribunal do Júri, que decidirá a lide de acordo com os elementos probatórios produzidos, devendo a estes os autos serem enviados na hipótese de razoável grau de certeza da imputação" (AgInt no REsp 1662597/RO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 11/5/2018). 1.3. Ademais, "na fase de pronúncia, rege o princípio do in dubio pro societate, em que havendo indícios de autoria e da materialidade do homicídio, deve-se submeter ao Tribunal do Júri, sob pena de usurpação de competência" (AgRg no AREsp 1011574/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 19/2/2018). 1.4. Registre-se, ainda, que, "consoante o magistério da jurisprudência desta Corte Superior e da Excelsa Corte, na decisão de pronúncia, a fundamentação deve ser comedida, limitando-se o julgador a emitir um mero juízo de probabilidade e não de certeza, sob pena de usurpar a competência constitucional do Tribunal do Júri" (REsp 1472008/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 1/3/2018, DJe 12/3/2018 - sem grifo no original). 2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1745914/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 14/09/2018, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. EVIDENCIADOS. SÚMULA N. 7/STJ. REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A sentença de impronúncia só é viável quando inexistentes quaisquer provas de autoria e de materialidade,



*situação que não encontra respaldo junto à conclusão obtida pelas instâncias ordinárias, considerando que houve confissão extrajudicial, no qual foi esclarecido todo o enredo criminoso, apontando os executores e mandantes, além do motivo que levou à prática do crime. Incidência da Súmula n. 7/STJ.*

**2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a sentença de pronúncia não encerra juízo de procedência acerca da pretensão punitiva, tão somente viabilizando a competência para o Tribunal do Júri, que decidirá a lide de acordo com os elementos probatórios produzidos, devendo a estes os autos serem enviados na hipótese de razoável grau de certeza da imputação. Precedente.**

**3. Agravo regimental improvido.**

(AgInt no REsp 1662597/RO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 11/05/2018, grifou-se)

Por fim, no que tange ao pleito de exclusão das qualificadoras do motivo fútil e do recurso que dificultou a defesa da vítima, o Tribunal *a quo* asseverou, a saber:

*"Quanto ao pleito subsidiário, importa mencionar que só pode haver o decote das qualificadoras, neste momento processual, quando restar comprovado, de forma inequívoca e insofismável que as mesmas são manifestamente improcedentes, o que não se vislumbra no presente caso. Isto pois há indícios de que o crime pode ter sido cometido para por motivo torpe, para não pagar o valor de um empréstimo devido à vítima, bem como que os tiros atingiram à vítima na cabeça, o que pode evidenciar uma maior dificuldade para defesa por parte da vítima." (e-STJ fl. 227)*

Como se vê, a Corte local manteve a qualificadora descrita na pronúncia com fundamento no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual *"somente se admite a exclusão das qualificadoras, na sentença de pronúncia, quando manifestamente improcedentes"* (AgRg no AREsp 1018506/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 30/03/2017, DJe 07/04/2017), não havendo que se falar em ilegalidade quanto ao tema.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. PRONÚNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE LEGÍTIMA DEFESA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. DECOTE DA QUALIFICADORA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA NÃO CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.**

1. Não ocorre violação ao art. 619 do Código de Processo Penal quando exaurido integralmente, pelo Tribunal a quo, o exame das questões trazidas à baila no recurso de apelação, sendo dispensáveis quaisquer outros pronunciamentos supletivos, mormente quando postulados apenas para atender ao inconformismo do recorrente que, por via transversa, tenta modificar a conclusão alcançada pelo acórdão. *Precedentes.*

2. Tal como já referido, não há como afastar o impedimento da Súmula n. 7/STJ, pois o reconhecimento da legítima defesa por esta Casa de Justiça, exige, sem sombra de dúvida, a esmerilação de fatos e provas, o que é terminantemente, vedado pelo obstáculo absoluto da mencionada súmula.

3. **Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, somente devem ser excluídas da sentença de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes ou sem qualquer amparo nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri. Precedentes.**

4. Outrossim, reconhecido pelo Tribunal a quo, de forma fundamentada, que a qualificadora do motivo fútil têm suporte nos elementos fático-probatórios dos autos, o decote da majorante, além de ofender o princípio da soberania dos veredictos, demanda imprescindível reexame de prova, o que é defeso em recurso especial, em virtude do que preceitua a Súmula n. 7 desta Corte.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1.131.441/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 27/10/2017, grifou-se)

**PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. EXCLUSÃO PELO TRIBUNAL A QUO. JUÍZO DE VALOR. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JÚRI. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. O cotejo entre a conclusão da Corte local e a jurisprudência deste STJ prescinde de reexame do acervo fático-probatório. Não incidência da Súmula n. 7/STJ.

2. **O prévio desentendimento entre autor e vítima não torna a qualificadora do motivo torpe manifestamente improcedente.**

3. **"Não se pode afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que, objetivamente, inexistia, mas não a que, subjetivamente, julgar não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença uma circunstância que, numa análise objetiva, mostra-se viável, ao menos em tese."** (REsp 1.547.658/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 07/12/2015).

4. Agravo regimental desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no REsp 1581666/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 22/09/2017, grifou-se)

Dessarte, por se encontrar o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte quanto às teses aventadas no recurso especial, a pretensão da agravante esbarra no óbice previsto no enunciado n. 83 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.

Por tais razões, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial**, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator